

50 anos da UE | A Declaração de Berlim quer uma renovação política da União Europeia até 2009, ou seja, um novo arranjo institucional assinado e ratificado no prazo de dois anos. Mas o documento de duas páginas nasce coxo, sem a assinatura dos 27

Juntos, mas pouco

Gisa Martinho

Na hora de comemorar os sucessos dos 50 anos do Tratado de Roma, os Vinte e Sete mostram as suas diferenças. A Declaração de Berlim em vez de ser assinada pelos estados-membros no próximo domingo, como estava previsto inicialmente, será apenas firmada pelos presidentes das três instituições europeias: Angela Merkel, pelo Conselho, Durão Barroso da Comissão e Hans-Gert Pötering do Parlamento. As duas páginas do documento mais esperado da presidência alemã, e que deveria servir de farol à crise institucional europeia, dá sinais de fraqueza com os 27 a fugirem a qualquer compromisso político que a assinatura da Declaração poderia ter. Desta forma, os estados que continuam fora do euro – como o Reino Unido, Dinamarca ou Suécia – não tem de reconhecer o euro como um triunfo alcançado pela União Europeia, nem a França se compromete a aceitar o papel central que os alargamentos tem na estratégia futura da construção europeia. Por outro lado, os estados mais liberais do clube europeu podem escapar ao incómodo de legitimar o modelo social, bastante referenciado na Declaração, tal

como Varsóvia ficam menos envergados por o texto não incluir as raízes judaico-cristãs da Europa. Ao lado dos polacos, também o partido conservador do Parlamento Europeu (PPE), instituição signatária da Declaração, pediu a Berlim esta referência “religiosa”. O pedido não foi aceite, tal como já tinha acontecido na negociação do Tratado Constitucional quando a ala democrata-cristã insistiu na inclusão das raízes religiosas no preâmbulo do documento.

Fora do roteiro de êxitos da UE, desenhado pelos alemães num clima de grande secretismo e ausência de debate, a Declaração de Berlim tem mais um motivo para a alienação de alguns estados membros. Segundo apurou o “Semnário Económico”, o documento prevê que os 27 “assumam um compromisso de novas regras a tempo das eleições europeias de 2009”. Ou seja, um novo tratado ou rearranjo institucional, assinado e ratificado, no prazo máximo de dois anos. Com esta referência incluída na Declaração de Berlim, a chanceler Merkel relança o debate constitucional, em pleno impasse desde que os franceses, e depois os holandeses, disseram “não” em referendo à Constituição Europeia (2005). Praga já fez saber em Berlim, que na ausência da sua assinatura da Declaração, se “sente livre” para



l Durão Barroso, presidente da Comissão, é um dos signatários da Declaração de Berlim l

interpretar este item do texto – ou seja, que 2009 não é a data que a República Checa considera como limite para a ratificação do tratado revisto.

Estratégia de Lisboa fora da Declaração. Com os olhos postos na presidência portuguesa da UE, no segundo semestre de 2007, Lisboa vê como positivo o calendário institucional estabelecido por Berlim. Nos poucos contributos que cada estado-membro deu para a elaboração da Declaração de Berlim, Portugal insistiu numa referência à integração das comunidades de emigrantes. Este ponto, em princípio, não será in-

cluído no texto, tal como não haverá uma referência explícita à Estratégia de Lisboa. A agenda, que um dia teve como objetivo transformar a UE no espaço mais competitivo do mundo em 2010, é apagada da Declaração de Berlim apesar de constantes referências ao modelo social e aos desafios tecnológicos do processo europeu. “Aquilo que é estruturante na União Europeia, não precisa de estar sempre a ser repetido”, comenta Carlos Zorrinho, coordenador português da Estratégia de Lisboa, ao “Semnário Económico”.

Uma das partes da Declaração de Berlim detalha exactamente o

equilíbrio entre os interesses económicos e a responsabilidade social da Europa do futuro, no quadro de um modelo social europeu que se quer estimado e preservado. “Só em conjunto podemos preservar o nosso modelo social no futuro. Esse modelo combina o sucesso económico e a responsabilidade social em benefícios de todos os cidadãos da UE. O mercado único e o euro tornam-nos fortes o suficiente para modelar a interligação crescente entre o plano económico e competitivo dos nossos valores”, refere um dos parágrafos da Declaração. O piscar de olhos aos cidadãos, cada vez mais afastados e até desconfiados

Três perguntas a...

1. Quais foram as maiores conquistas destes 50 anos da UE?
2. Em que áreas a UE falhou?
3. Quais os principais desafios para a os próximos 50 anos da UE - se sobreviver?

Juan Delgado,
Investigador do Bruegel



1. Todo o processo de construção da Europa é a maior conquista, que contribuiu para a criação de uma das regiões do mundo mais prósperas e estáveis politicamente. Se tiver de nomear dois grandes pilares, diria o da adopção do euro e o último processo de alargamento. Ambos os eventos não são só importantes por si próprios, mas pelo que representam. A adopção do euro significa que os estados estão preparados para desistir de um dos maiores símbolos da sua soberania: a sua moeda. Ao fazê-lo, os estados assinalaram que as ambições da UE são altas e que as fronteiras nacionais podem desaparecer. O alargamento mostra que a Europa é um conceito maduro e sólido. A UE foi capaz de acomodar, sem problemas, novos membros com uma história recente bastante diferente. Claro, que ambos os processos não teriam sido possíveis sem os 40 anos anteriores.

2. Se existe uma área onde a UE não esteve bem foi em criar uma Europa dos cidadãos. Há a percepção que o processo de decisão europeu está bastante afastado dos cidadãos, o que faz com que estes se sintam cépticos acerca da legitimidade democrática da UE. A Europa precisa do apoio dos seus cidadãos para progredir.

3. A fraqueza tradicional da política externa e de segurança é evidente. O que começou como um conceito económico – com óbvias motivações políticas – tornou-se um projec-

to ambicioso que cobre os valores económicos, sociais e políticos. A Europa evoluiu de um clube fechado e selectivo para uma entidade que deixou para trás fronteiras. Agora, a Europa tem de exportar esses valores e participar na forma de moldar um novo mundo.

Katinka Barysch,
Economista-chefe Centre for
European Reform



1. A UE trouxe paz para a Europa. Os países europeus entraram em guerra, durante séculos, mas agora essa opção tornou-se impossível. E reunificou os antigos países comunistas da Europa Central e de leste. A perspectiva de adesão transforma. Repare-se na diferença entre a Hungria e a Ucrânia e compreende-se o impacto que o alargamento tem num país.

2. A UE melhorou a vida de milhões de europeus. Mas não há amor, e não é aceite por muitos deles. A UE tem de fazer uma comunicação muito melhor. A UE também falha em abolir aquelas leis e instituições que trabalham mal ou estão simplesmente ultrapassadas. Em resultado, temos demasiadas directivas que são mais um obstáculo ao crescimento económico que um benefício. Temos instituições que fazem pouco, iniciativas políticas sem vapor e grupos de trabalho que não geram nada. Temos de encontrar uma forma rápida e melhor de nos livrarmos de coisas que já não funcionam.

3. Os maiores desafios passam por preservar

os altos padrões sociais, no quadro da globalização, envelhecimento e revolução tecnológica. Aqui, as soluções encontram-se mais a nível nacional ou até local. Mas a UE torna mais fácil para os países aprenderem uns com os outros o que funciona ou não – por exemplo, o actual debate sobre “flexisegurança”. Também há os desafios externos: como levar a paz e prosperidade para os vizinhos instáveis desde a Bielorrússia até aos Balcãs, passando pelo Cáucaso e o Médio Oriente; como lidar com uma Rússia enfurecida; como ajudar a China a tornar-se um player internacional responsável; como manter boas relações com os americanos, como combater o aquecimento global e prevenir a expansão de armas de destruição massiva, etc. A UE precisa de uma política externa e de segurança mais eficiente.

Jürgen Turek, Director Executivo do Center for Applied Policy Research, da Univ. de Munique



1. A maior conquista é a paz. Muitas pessoas perderam este dossier importante, mas esta era a ideia inicial da integração depois da 2ª GM. Entretanto, a UE tem 27 Estados e a Europa, dentro da UE e NATO, é um espaço estável e pacífico no mundo. Não se pode esquecer que isto não é uma evidência do Velho Continente e os europeus tem de estar orgulhosos de manterem a paz ao longo dos últimos 60 anos.

2. A UE falhou em duas áreas: primeiro, nas chamadas metas de Lisboa, onde a UE deve-

ria ser o espaço mais competitivo do mundo em 2010. É previsível que a UE não atinja estes objectivos dentro do tempo. E isso não é bom, se se olhar para o inaceitável desemprego na Europa. Em segundo lugar, na área da responsabilidade política mundial. A Europa tem de se tornar um actor internacional, mais activo, em conjunto com a NATO, as Nações Unidas e os EUA para manter a paz e estabilizar a ordem mundial.

3. Não tenho dúvidas: a UE irá sobreviver mais 50 anos. O principal desafio passa por se reformar, a nível institucional, de forma a agir depois dos alargamentos. A União tem de traduzir os principais pontos institucionais numa Constituição Europeia. E isso significa um processo de decisão político que funcione, a criação do posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros e a construção de um sistema de segurança, de forma a fazer face aos desafios já referidos da Europa no campo da segurança e relações externas com o resto do mundo. Em segundo lugar, a UE precisa de uma estratégia energética urgente. O comportamento da Rússia nos últimos tempos e a dependência energética do Médio Oriente mostra a enorme vulnerabilidade da UE – hoje e no futuro. Assim, a Europa tem de ser mais independente e criar uma mix energético inteligente de energias renováveis face às fósseis, com um esforço suplementar para aumentar a eficiência energética e mudar o comportamentos das pessoas na forma de utilizar a energia. Em terceiro lugar, neste contexto, em conjunto com uma estratégia energética inteligente, a Europa precisa de uma estratégia ambiental, com vista ao aquecimento global. ▶



cartoon cedido pelo Parlamento Europeu



cartoon cedido pelo Parlamento Europeu

50 ANOS DE UNIÃO EUROPEIA

Janeiro

- [01] Entrada em vigor dos Tratados de Roma.
- [07] Walter Hallstein é eleito Presidente.

Fevereiro

- [10] Pauta aduaneira harmonizada para o carvão e o aço. É concedida uma derrogação à França e à Itália.

Julho

- [18] Os Seis têm vontade de criar uma união política.
- [31] Pedido de adesão da Irlanda.

Agosto

- [09-10] Pedido de adesão do R. Unido e Dinamarca.

Setembro

- [09] Livre circulação de trabalhadores (1º regulamento).

Dezembro

- [01] Entrada em vigor do tratado de associação entre a CEE e a Turquia.

Março

- [01] A França rompe as negociações sobre o financiamento do PAC.

Mai

- [11] O R. Unido apresenta um novo pedido de adesão à Comunidade.

Julho

- [01] Tratado de fusão dos executivos das três Comunidades com uma Comissão e um Conselho únicos.

1957

1958

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968



Assinatura dos Tratados de Roma

Março

- [25] Os Seis (Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda) assinam os tratados que instituem a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom), conhecidos por “Tratados de Roma”.

Abril

- [30] Pedido de adesão da Noruega.

Julho

- [01] Os direitos aduaneiros aplicados aos produtos industriais são reduzidos para 50% do seu valor de 1957.
- [30] Entrada em vigor da Política Agrícola Comum (PAC).

Janeiro

- [14] O General de Gaulle declara que a França duvida da vontade política do R. Unido e, alguns dias depois, são suspensas as negociações com todos os países candidatos.

Setembro

- [04] Morte de Robert Schuman.



Robert Schuman

Janeiro

- [28-29] Compromisso do Luxemburgo. Após ter praticado a política da “cadeira vazia”, a França retoma o seu lugar no Conselho em troca da manutenção da votação por unanimidade sempre que estejam em causa interesses vitais.

Julho

- [01] Entrada em vigor da união aduaneira e é introduzida a Pauta Aduaneira Comum.

1970

1972

1973

1975

1976

1977

1978

1979

1981

Abril

- [22] O Conselho introduz gradualmente um sistema de recursos próprios.

Julho

- [02] Início de funções da nova Comissão.

Outubro

- [27] Relatório Davignon sobre a cooperação política. Objectivo: fazer com que a Europa fale a uma só voz no que se refere aos principais problemas internacionais.

Março

- [25] Resignação de Franco Maria Malfatti, Presidente da Comissão, que é substituído pelo Vice-Presidente Sicco Mansholt.

Setembro

- [25] Noruegueses rejeitam adesão às Comunidades, em referendo.

Março

- [18] O Conselho cria o FEDER e um Comité de Política Regional.

Junho

- [12] A Grécia apresenta a sua candidatura oficial.

Novembro

- [29-30] O Conselho Europeu procede à análise da situação económica, reafirma o seu interesse pelos problemas relativos ao diálogo Norte - Sul e publica uma declaração sobre a construção da União Europeia.

Fevereiro

- [06] Entrada em vigor da Convenção de Barcelona sobre a Protecção do Mediterrâneo, assinada em Fevereiro de 1976.

Janeiro

- [01] A Grécia torna-se o 10º Estado-Membro.
- [20] A nova Comissão assume o seu cargo.

Março

- [06] Morte de Jean Monnet.

Junho

- [07-10] Primeiras eleições para o Parlamento Europeu por sufrágio universal directo.